



**MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL – RS**

---

**Processo 0601920-97.2022.6.21.0000**

**Representante:** COLIGAÇÃO UM SÓ RIO GRANDE (FEDERAÇÃO PSDB CIDADANIA, MDB, PSD, PODEMOS, UNIÃO BRASIL)

**Representado:** COLIGAÇÃO FRENTE DA ESPERANÇA (FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA – PT/PCDOB/PV; FEDERAÇÃO PSOL REDE), EDGAR PRETTO E PEDRO RUAS

**Relator:** JUIZ AUXILIAR LUIZ MELLO GUIMARÃES

**Parecer**

Trata-se de Representação Eleitoral por propaganda irregular no horário gratuito de televisão, com pedido de tutela antecipada de urgência, formulada pela COLIGAÇÃO UM SÓ RIO GRANDE (FEDERAÇÃO PSDB CIDADANIA, MDB, PSD, PODEMOS, UNIÃO BRASIL) contra a COLIGAÇÃO FRENTE DA ESPERANÇA (FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA – PT/PCDOB/PV / FEDERAÇÃO PSOL REDE) e os candidatos EDGAR PRETTO e PEDRO RUAS, por veiculação de propaganda irregular, ocorrida em 30 de agosto de 2022, consistente na invasão da propaganda eleitoral dos candidatos aos cargos majoritários na programação destinada ao pleito proporcional (ID 45069734).

Nesse passo, requereu, inclusive liminarmente, a determinação para que os Representados se abstenham de veicular a propaganda objeto da ação e, ao final, *“seja confirmada a tutela de urgência, condenando os representados COLIGAÇÃO FRENTE DA ESPERANÇA, EDGAR PRETTO E PEDRO RUAS à perda de espaço*



**MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL – RS**

*destinado a seu horário eleitoral gratuito (inserção), em tempo igual ao da invasão, ou seja, à íntegra de uma inserção, no Bloco 2, das emissoras RBSTV, Bandeirantes, SBT, Record e Pampa ”.*

A liminar foi indeferida, ao argumento de que “ao menos em apreciação sumária, tenho que não se trata de propaganda irregular, visto não estar estampada a violação aos arts. 53-A e 54 da Lei n. 9.504/97, bem como ao art. 73, caput e §§ 1º e 2º, da Resolução TSE n. 23.610/19 ” (ID 45070319).

Ofertada a resposta em tempo hábil (ID 45073506), vieram os autos a esta Procuradoria Regional Eleitoral, consoante estipula o art. 19 da Resolução TSE 23.608/2019.

Passa-se à manifestação deste órgão ministerial.

O vídeo acostado (ID 45069737) exhibe a participação do candidato a governador na propaganda eleitoral destinada aos candidatos às eleições proporcionais, o que se limitou aos primeiros 7 (sete) segundos da inserção de 30 (trinta) segundos, bem como há exibição de imagem estática, ao fundo, dos candidatos às eleições majoritárias durante a apresentação dos candidatos às eleições proporcionais.

De acordo com a Resolução TSE 23.610/2019, na propaganda eleitoral:

Art. 73. É vedado aos partidos políticos, às federações e às coligações incluir, no horário destinado às candidatas e aos candidatos às eleições proporcionais, propaganda das candidaturas a eleições majoritárias ou vice-versa, ressalvada a utilização, durante a exibição do programa, de legendas com referência às candidaturas majoritárias, ou, ao fundo, de cartazes ou fotografias das candidatas



**MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL – RS**

---

e/ou dos candidatos, ficando autorizada a menção ao nome e ao número de qualquer candidata e/ou candidato do partido político, da federação ou da coligação ( Lei nº 9.504/1997, art. 53-A, caput e § 2º ).  
(Redação dada pela Resolução nº 23.671/2021)

§ 1º É facultada a inserção de depoimento de candidatas e candidatos a eleições proporcionais no horário da propaganda das candidaturas majoritárias e vice-versa, registrados sob o mesmo partido político, a mesma federação ou coligação, desde que o depoimento consista exclusivamente em pedido de voto à candidata e/ou ao candidato que cedeu o tempo e não exceda 25% (vinte e cinco por cento) do tempo de cada programa ou inserção (Lei nº 9.504/1997, arts. 53-A, § 1º , e 54 ).  
(Redação dada pela Resolução nº 23.671/2021)

No caso concreto, os Representados observaram as regras vigentes, pois o candidato a governador não excedeu o limite de 25% do tempo da inserção, bem como a participação dele restou adstrita ao pedido de votos para candidatos da sua coligação. Além disso, não representa burla à legislação a utilização de imagem estática, ao fundo, dos candidatos às eleições majoritárias durante a apresentação dos candidatos às eleições proporcionais.

ANTE O EXPOSTO, o **Ministério Público Eleitoral**, por seu agente signatário, **manifesta-se pela improcedência** da representação.

Porto Alegre, 03 de setembro de 2022.

**João Carlos de Carvalho Rocha**  
Procurador Regional Eleitoral Auxiliar  
(Portaria PGR/MPF 73/2022)